

PENSANDO AS CIDADES PEQUENAS NA BAHIA: O CASO DE PARAMIRIM NO SUDOESTE BAIANO

Agripino Souza Coelho Neto

Universidade do Estado da Bahia,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais, Salvador, BA, Brasil
agscneto@uneb.br

Antonio Muniz Filho

Universidade do Estado da Bahia,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais, Salvador, BA, Brasil
muniz@uneb.br

RESUMO

Este artigo objetiva compreender a dinâmica urbano-regional da pequena cidade de Paramirim (BA), considerando a relação entre a população e a administração pública, as ruralidades no urbano e a sua inserção regional. Foram estabelecidas quatro dimensões de análise que sustentaram este trabalho: (i) dimensão populacional, (ii) dependência da população em relação à administração pública municipal, (iii) relações campo-cidade e ruralidades no urbano e (iv) inserção da cidade pequena em uma rede urbana regional. Em termos metodológicos, foi realizado levantamento de dados secundários (populacionais, das atividades econômicas e dos postos de emprego formal por setores de atividade) e aplicado questionário à população residente na cidade. Concluiu-se que as dimensões de análise delimitadas foram fundamentais para a compreensão da dinâmica socioespacial de Paramirim (BA), revelando a importância da administração municipal na geração de emprego, a intensidade das relações campo-cidade e a presença das ruralidades no espaço urbano de Paramirim (BA), assim como, a dependência da população da cidade em relação a um sistema urbano regional.

Palavras-chave: Cidades pequenas. Ruralidades. Rede urbana. Relações campo-cidade.

THINKING ABOUT SMALL CITIES IN BAHIA: THE CASE OF PARAMIRIM IN THE SOUTHWEST BAIANO

ABSTRACT

Considering the relationship between the population and the public administration, the ruralities in the urban area, and its regional insertion, the present study aimed to understand the urban-regional dynamics of the small town of Paramirim (BA). Four dimensions of analysis were established that supported this work: (i) population dimension, (ii) dependence of the population concerning the municipal public administration, (iii) field-city relations and ruralities in the urban, and (iv) insertion of the small town in a regional urban network. In methodological terms, a survey of secondary data was carried out (population, economic activities, and formal job positions by sector of activity), and questionnaires were applied to the population residing in the city. It was concluded that the delimited analysis dimensions were fundamental for understanding the socio-spatial dynamics of Paramirim (BA), revealing the importance of municipal administration in job generation, the intensity of field-city relations, and the presence of ruralities in the urban space of Paramirim (BA), as well as, the dependency of the population of the city concerning a regional urban system.

Keywords: Small towns. Ruralities. Urban network. Field-city relations.

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Um escrutínio na literatura geográfica nos permite identificar um conjunto de componentes que definem e caracterizam as cidades pequenas, a saber: (i) a dimensão populacional, (ii) a dependência da população em relação à administração pública municipal, (iii) a inserção da cidade pequena em uma rede urbana regional, e (iv) as relações campo-cidade e ruralidades no urbano.

Corrêa (2011, p. 8) traça um perfil das cidades pequenas brasileiras na década de 1950, período em que o Brasil ainda experimentava uma industrialização e uma urbanização incipientes, que impactavam de modo diferente o território brasileiro. Neste contexto, a cidade pequena “constituía um nó fundamental na rede de relações econômicas envolvendo o urbano e o rural”, oferecendo “poucos serviços à sua população e a de sua hinterlândia”. Verificava-se que “a confluência entre o urbano e o rural estava também presente no ritmo da vida da pequena cidade, que dependia do ritmo das atividades agrícolas”. A cidade pequena “não era apenas o foco da vida econômica de sua hinterlândia”, mas, também, o foco da vida política e social.

Monte Mór (2005), realizando um esforço para a identificação do padrão de urbanização no Brasil no início do século XXI, aponta alguns processos espaciais que marcam a nossa configuração espacial. Para o autor, verificam-se um adensamento e uma concentração de população em grandes e médias aglomerações, em especial naquelas cidades localizadas nas regiões metropolitanas, como também uma desconcentração e uma expansão urbano-industrial em direção às cidades médias e mesmo às cidades pequenas. Observa-se também, segundo Monte Mór (2005), um avanço da urbanização em centros urbanos isolados em todas as regiões do país, processo em que as cidades médias passam a desempenhar um forte papel polarizador em áreas menos populosas, articulando redes urbanas regionais.

Sposito (2010) reconhece que os estudos das cidades médias e pequenas no âmbito da ciência geográfica se concentraram predominantemente em três dimensões: (i) no tamanho das cidades, (ii) na classificação da importância de seus papéis e (iii) na conformação de redes urbanas hierárquicas.

Bacelar (2012) considera como aspectos fundamentais para a compreensão das configurações e das relações internas nas pequenas cidades o reduzido contingente populacional, um considerável fluxo migratório, a existência de um sentimento de pertencimento dos habitantes para com o município, uma intensa articulação campo-cidade, e, principalmente, uma atuação direta e incisiva da gestão municipal na promoção de atividades produtivas e sociais que, de modo geral, proporcionam certo dinamismo econômico.

Soares e Melo (2010) fazem uma proposição teórico-metodológica bastante operacional para o estudo das cidades pequenas, com repercussões diretas nesta pesquisa. Neste sentido, as autoras defendem a importância da análise da inserção das cidades pequenas no mundo da globalização, dos modos de relação entre o poder público local e a população, da relação que a população mantém com a natureza, das relações com o entorno rural e as ruralidades, da dependência do sistema urbano regional, do envelhecimento e a involução populacional e dos aspectos de sociabilidade na pequena cidade.

Assumindo esses parâmetros basilares, este artigo objetiva compreender a dinâmica urbano-regional da pequena cidade de Paramirim (BA), considerando a relação entre a população e a administração pública, as ruralidades no urbano e a sua inserção regional.

Em termos de procedimentos metodológicos, realizamos um levantamento de dados secundários, com coleta de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia (SEI). Foram selecionados dados populacionais, dados das atividades econômicas e dados dos postos de emprego formal, distribuídos por setores de atividade econômica.

A execução da pesquisa de campo consistiu na aplicação de 262 questionários à população residente na cidade de Paramirim (BA). A amostra da população foi definida por critérios estatísticos, tomando como base a população urbana, considerando uma margem de erro de 5% e um grau de confiança de 90%.

Algumas dimensões de análise se sobressaem e se mostram recorrentes na literatura que se debruça na interpretação e teorização das cidades pequenas. Portanto, em franco diálogo com a literatura e com o propósito de sistematizar os elementos constitutivos da conceituação das pequenas cidades, identificamos quatro dimensões de análise que sustentam e estruturam este trabalho: (i) dimensão populacional, (ii) dependência da população em relação à administração pública municipal, (iii) relações campo-cidade e ruralidades no urbano e (iv) inserção da cidade pequena em uma rede urbana regional.

DIMENSÃO POPULACIONAL: O CONTEXTO BAIANO E DE PARAMIRIM

Os estudos urbanos que se concentram no esforço de definir e classificar as cidades geralmente acionam, em primeiro lugar, o tamanho populacional como parâmetro de análise, ou pelo menos como

ponto de partida para a investigação. Há diversos autores que apontam os limites de trabalhar com o tamanho populacional para o estudo das cidades. Sposito e Silva (2013) consideram que, ao privilegiar a dimensão engessamos a discussão conceitual, reduzindo a cidade a uma expressão numérica, desconsiderando a diversidade regional e os recortes espaciais que podem ser acionados.

Há diversas classificações de cidades, propostas por acadêmicos e por institutos de pesquisa. Verifica-se, em grande medida, certa convergência nas propostas. Moreira Junior (2013, p. 24) adverte sobre a complexidade da classificação por tamanho populacional, pois:

Há trabalhos que classificam as cidades pequenas como aquelas com até 2.000 habitantes, outros até 10.000, 20.000, 50.000, ao mesmo tempo que há casos que apontam aqueles núcleos urbanos com população entre 50.000 e 100.000 habitantes.

Wanderley (2001, p. 3) considera pequenos municípios “aqueles cuja população urbana não ultrapassa 20.000 habitantes”. Observa-se, neste caso, que a autora se refere aos municípios e à população urbana, não às cidades. Vale salientar que, nem sempre a população urbana equivale à população da cidade (sede municipal), pois, na divisão político-administrativa brasileira, as vilas, sedes dos distritos, também têm população urbana. É importante lembrar que municípios com população até 20.000 habitantes podem ter uma sede municipal (cidade) com contingente populacional bem inferior, caso da cidade de Paramirim (BA).

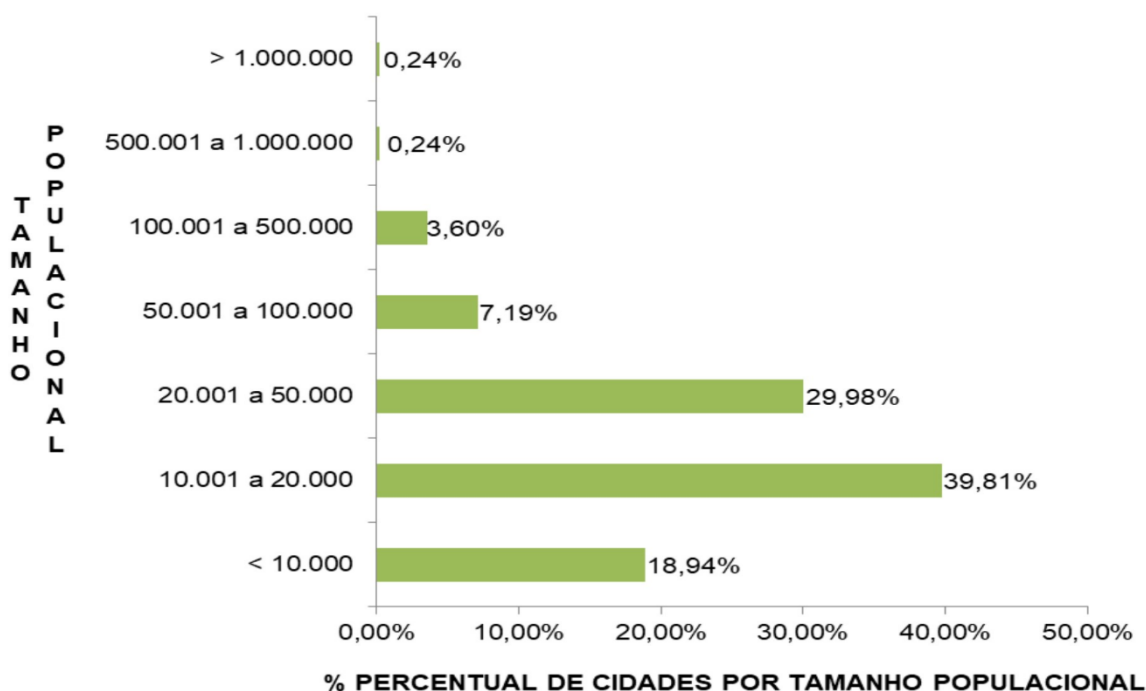
O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) categoriza as pequenas cidades em três grupos, variando segundo suas respectivas populações: o primeiro grupo engloba cidades de até 10.000 habitantes; o segundo grupo, cidades de 10.001 a 20.000 habitantes; e o terceiro grupo, cidades de 20.001 a 50.000 habitantes (Bacelar, 2009).

Jacobi (1994) faz uma proposta de classificação das cidades latino-americanas, considerando sua dinâmica de urbanização. O autor estabelece três agrupamentos de cidades:

- a) Cidades grandes, aquelas que apresentam dois níveis: (i) cidades que abrigam mais de 1 milhão de habitantes e (ii) cidades que abrigam entre 500 mil e 1 milhão de habitantes;
- b) Cidades intermediárias, aquelas que também se apresentam em dois níveis: (i) cidades que têm entre 100 mil e 500 mil habitantes e (ii) cidades que têm entre 50 mil e 100 mil habitantes;
- c) Cidades pequenas, aquelas que apresentam três níveis de tamanho populacional: (i) cidades com população entre 20 mil e 50 mil habitantes; (ii) cidades que têm entre 10 mil e 20 mil habitantes; e (iii) cidades com tamanho populacional inferior a 10 mil habitantes, ocupando o menor patamar na classificação de cidades proposta pelo autor.

O estado da Bahia é formado por 417 municípios, cujas respectivas sedes equivalem a cidades com diferentes dimensões e características, todavia a grande maioria das cidades baianas tem pequeno porte em termos de tamanho populacional. No contexto baiano, considerando a estimativa populacional do IBGE para 2021, e tendo como objeto a distribuição dos municípios por dimensão populacional, verificamos a seguinte situação: de um total de 417 municípios, 58,75% têm menos de 20.000 habitantes; 29,98% têm entre 20.001 e 50.000 habitantes; 7,19% têm entre 50.001 e 100.000 habitantes; 3,6% têm entre 100.001 e 500.000 habitantes; e apenas 0,48% têm população acima de 500.000 habitantes (Figura 1).

Figura 1 - Distribuição dos municípios por tamanho populacional. Bahia. 2021



Fonte: IBGE - Estimativas de População, 2021. Elaboração: Os autores, 2022.

Considerando os parâmetros classificatórios estabelecidos pelo IPEA (apud Barcelar, 2009) e por Jacobi (1994), a cidade de Paramirim (BA) pode ser considerada pequena em termos de dimensão populacional. Paramirim foi elevada à condição de cidade no ano de 1909. Na divisão administrativa de 1911, o município aparece constituído de quatro distritos: Paramirim, Água Quente, Canabravinha e Santa Maria do Ouro, que, posteriormente, passou à denominação de Ibiajara. Em 1953, é criado o distrito de Rio do Pires e anexado ao município de Paramirim. Este último, no ano de 1961, desmembrase, juntamente com Ibiajara, para constituir um novo município (Rio do Pires). No ano de 1962, um novo desmembramento eleva Água Quente à condição de município. De acordo com a divisão territorial de 1963, o município de Paramirim passou a ser constituído de 2 (dois) distritos: Paramirim e Canabravinha, permanecendo até os dias atuais (IBGE, 2022). A Tabela 1 apresenta a evolução populacional do município de Paramirim nas últimas três décadas.

Tabela 1 - População urbana, rural e total do município de Paramirim (BA). 1991-2021

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO RURAL (%)
1991	5.356	17.219	22.575	76%
2000	7.883	11.038	18.921	58%
2010	10.029	10.972	21.001	52%
2022	-	-	20.347	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991, 2000, 2010 e 2022. Elaboração: Os autores, 2022.

A Tabela 1 mostra que houve oscilação no contingente populacional do município de Paramirim, predominando um decréscimo entre os anos de 1991 (22.575 habitantes) e 2022 (20.347 habitantes). Soares e Melo (2010, p. 244) verificaram perda ou estagnação populacional nos municípios brasileiros com menos de 20 mil habitantes:

A perda ou estagnação populacional é uma das características que os municípios com menos de 20 mil habitantes apresentaram nos dois últimos estudos do IBGE – censo de

2000 e a contagem populacional de 2007. Dos 2.616 municípios [brasileiros] com menos de 10 mil habitantes, 964 ou 36,85% apresentaram perda populacional. É necessário ressaltar que não só perderam população, como também a migração se apresenta cada vez mais seletiva em termos de sexo e faixa etária.

O município de Paramirim apresenta população urbana em torno de 10 mil habitantes. Uma característica muito marcante nos municípios baianos é o decréscimo da população rural, acompanhando o movimento global de urbanização. Todavia, a representatividade da população rural de Paramirim ainda era muito significativa no ano de 2010 (52%). Importante destacar que, em 2010, a população urbana do estado da Bahia já tinha atingido 72% (IBGE, 2010); verifica-se, portanto, que a realidade urbana de Paramirim destoa completamente da tendência de urbanização predominante na Bahia e no Brasil.

DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Bacelar (2012) define as cidades pequenas tendo como referência os aspectos político-administrativos, mais especificamente da extrema dependência do poder público, ousando delimitá-las, tomando como um dos critérios a dimensão populacional.

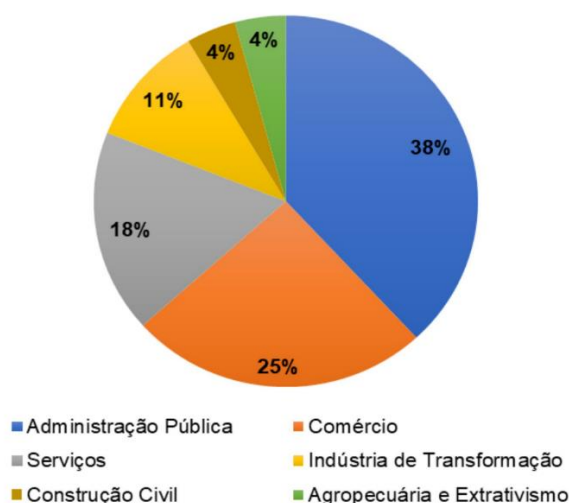
Pequenas cidades são aquelas com população inferior a 10.000 habitantes, em que a base produtiva e de empregos é reduzida, seus habitantes vivem em quase total estado de dependência do poder público, exemplificado pelas prefeituras, que se tornam o maior empregador e seus recursos ou receita tributária não representam a principal fonte de receita (Bacelar, 2012, p. 87).

Segundo Bacelar (2008, p. 3), as cidades pequenas brasileiras são marcadas por um modo muito próprio de relações entre a população e a administração pública:

[...] isto tem razão de ser devido a três fatores conjugados: as relações sócio-políticas entre a população e o Estado (municipal) são mais estreitas nestas localidades que em outras cidades de maior porte demográfico; o peso da municipalização imposta pela Constituição Federal de 1988 e a crise administrativa nestas localidades, derivada do conflito entre a administração “moderna” e a patrimonialista, que em nosso entender tem a ver com a herança histórica ibérica (estruturalmente lusitana). Esta herança histórica é ainda muito forte e presente na forma de se administrar o bem público na pequena cidade, estabelecendo uma estreita relação entre a população residente e as maneiras de se administrar o bem público, que invariavelmente se choca com premissas modernas de se administrar o bem público, em que o padrão de excelência administrativa da modernidade transfere-se do setor privado para o público.

A Figura 2 apresenta a situação da população ocupada no mercado formal em Paramirim (BA), revelando o grau de dependência da administração pública. A análise do estoque de empregos formal, conforme os setores de atividades nos permite algumas conclusões (Figura 2). Os setores agropecuário e da construção civil apresentam o menor estoque de emprego formal (4%). O comércio é o setor que apresenta o segundo maior estoque no cômputo geral do município (25%), enquanto o setor de serviços surge como o terceiro maior estoque de empregos formais (18%). O peso destes dois últimos setores revela a dinâmica econômica própria das cidades, pois os setores de comércio e serviços são aqueles que apresentam o maior alargamento quando as cidades crescem. A indústria de transformação também apresenta estoque de emprego formal importante (11%), que decorre da existência de atividades extrativas no município. Todavia, indubitavelmente, o setor da administração pública exerce papel primordial na oferta de empregos formais no município. Entre todos os setores, o setor da administração pública é aquele que concentra o maior estoque de postos de emprego, atingindo 38% do total de empregos do município de Paramirim.

Figura 2 - Pessoal ocupado no mercado formal do município de Paramirim, 2014



Fonte: SEI - Estatísticas dos Municípios Baianos (2014). Elaboração: Os autores, 2022.

Verifica-se, portanto, uma dependência econômica em relação à administração municipal, demonstrada pelos números de empregos formais no setor público. Conforme assevera Bacelar (2009, p. 10), “o Estado-município opera como grande empregador e promotor de ações econômico-produtivas e sociais”. Há, nesse sentido, uma forte dependência das ações das prefeituras municipais, ações muitas vezes usadas como estratégia eleitoral e como forma de reprodução das relações de dominação política. Soares e Melo (2010, p. 242) assinalam para a existência de uma estreita relação “[...] entre a população e os agentes políticos locais, marcados pela dependência, assistencialismo e atenção pessoais (questões tratadas no âmbito da pessoalidade) [...]”.

Segundo o IBGE (2010), 50,2% da população do município de Paramirim (BA), vivia com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo. Esse é um dado que ajuda explicar os números de forte dependência da população à administração pública, reforçando também as relações assistencialistas apontadas por Soares e Melo (2010).

AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E AS RURALIDADES NO URBANO EM PARAMIRIM (BA)

Há quem identifique a presença de “urbanidades no rural” (Rua, 2006), que seriam manifestações do urbano em áreas rurais sem que esses espaços sejam transformados em urbanos. Essas presenças/marcas do urbano atravessando o rural conferem novos conteúdos e novas características ao campo.

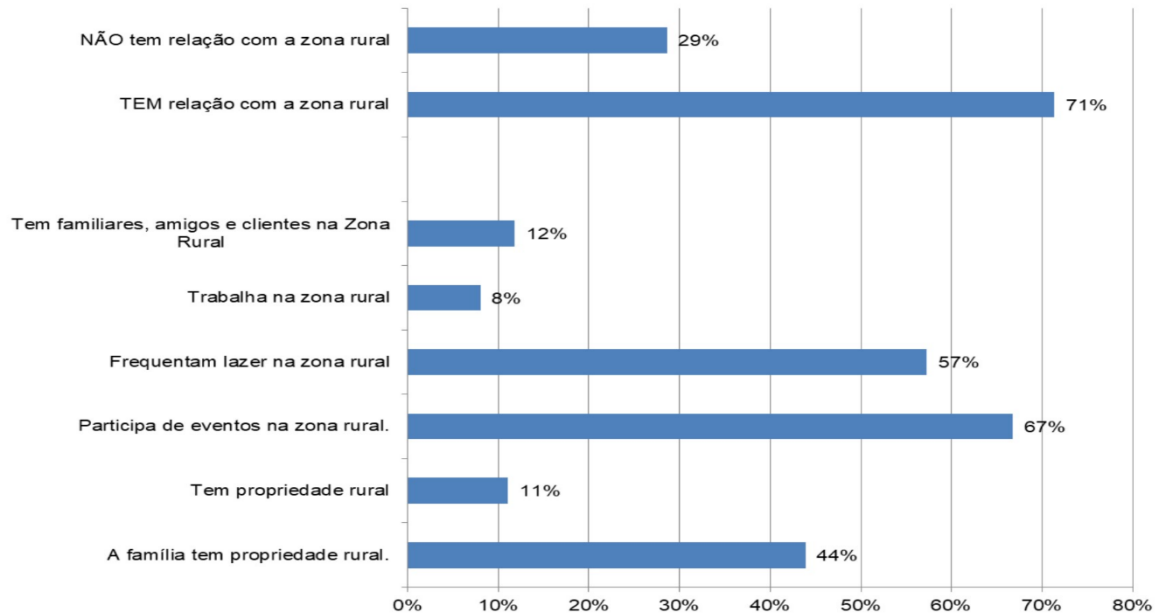
Não estamos desconsiderando ou negando a existência de conteúdos urbanos que atravessam o rural, conferindo-lhe novas formas-conteúdos, mas insistindo na coexistência do processo inverso, ou seja, na presença de ruralidades no espaço urbano, especificamente nas cidades pequenas baianas. Estamos apostando na possibilidade de realizar uma leitura da dinâmica socioespacial das cidades pequenas, tendo como âncora o pressuposto de que as ruralidades marcam e conformam essas cidades, ou seja, são presenças que permanecem expressivas na cena urbana. Lima-Payaya (2021) e Coelho Neto (2021), em um esforço de demarcação dos conceitos necessários à investigação da cidade pequena, reforçam os conteúdos rurais que atravessam as cidades pequenas, enfatizando a interface urbano-rural.

Nesse sentido, concordamos com o entendimento de Moreira Júnior (2011, p.15), advogando “[...] a ideia de que cidade e campo se distinguem, mas não se opõem, estão intrinsecamente articulados, ainda mais quando nos referimos às cidades pequenas localizadas em regiões não-metropolitanas”, caso da cidade de Paramirim (BA).

Estamos defendendo a existência de estreitas relações entre a população das cidades pequenas e seu entorno rural imediato. O resultado do trabalho de campo, expresso na Figura 3 é inequívoco, pois aponta que 71% da população consultada ratifica a existência de relações com o campo. Trata-se de múltiplas e diversificadas formas de relacionamento com o rural: 67% dos cidadãos participam de eventos no espaço rural; 57% buscam o campo para as atividades de lazer; e 8% dos residentes trabalham no espaço rural. Impressionam outros vínculos estabelecidos com o campo, estruturados nas relações de propriedade da

terra, pois 11% da população consultada têm propriedade rural e 44% têm familiares com propriedades rurais.

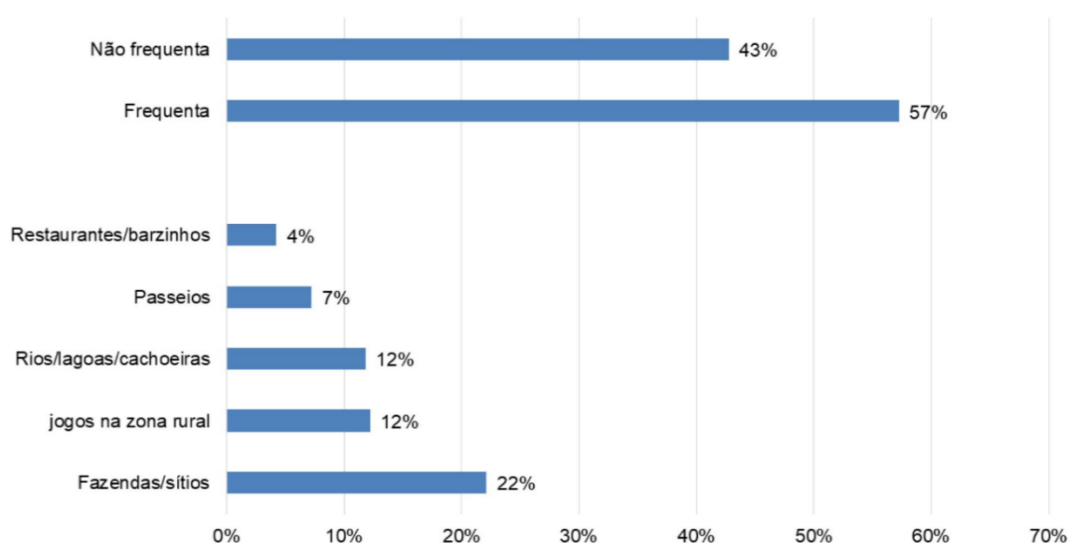
Figura 3 - Tipo de relação da população residente com a zona rural. Paramirim (BA), 2020



Fonte: Trabalho de Campo, 2020. Elaboração: Os autores, 2022.

A relação de propriedade com a terra (individual ou familiar) indica a existência de agricultores vivendo nas cidades. No estudo foi identificado que 8,02% dos cidadãos entrevistados trabalham na zona rural. A propriedade rural se torna também uma opção para o lazer (Figura 4), atividade pouco diversa nas cidades pequenas. Desse modo, 57% dos residentes na cidade de Paramirim (BA) revelaram que frequentam o campo para atividades de lazer. Essas atividades geralmente são as festas e comemorações nas fazendas ou sítios (22%), os banhos de rios, lagoas e cachoeiras (12%) e a frequência a bares, restaurantes e a realização de passeios (trilhas, visita a parentes, acampamentos, andar a cavalo) no espaço rural (11%). É significativa também a participação em jogos na zona rural, predominando os jogos de futebol e o baralho com amigos.

Figura 4 - Lugares e atividades de lazer na zona rural frequentados pela população residente na cidade de Paramirim (BA), 2020



Fonte: Trabalho de Campo, 2020. Elaboração: Os autores, 2022.

A Figura 5 aponta as manifestações culturais de que a população residente na cidade de Paramirim (BA) participa no espaço rural, a exemplo de festividades (55%), cavalgadas e vaquejadas (11%) e rezas e cultos (6%). Participar de eventos (festividades, cavalgadas, vaquejadas, rezas, cultos, casamentos, aniversários e inaugurações de obras), frequentando os espaços-lugares rurais como atividade de lazer, indica um modo de vida ainda fortemente marcado por características rurais, informando comportamentos, valores e hábitos rurais que permeiam/perpassam e conformam o modo de vida das/nas cidades pequenas.

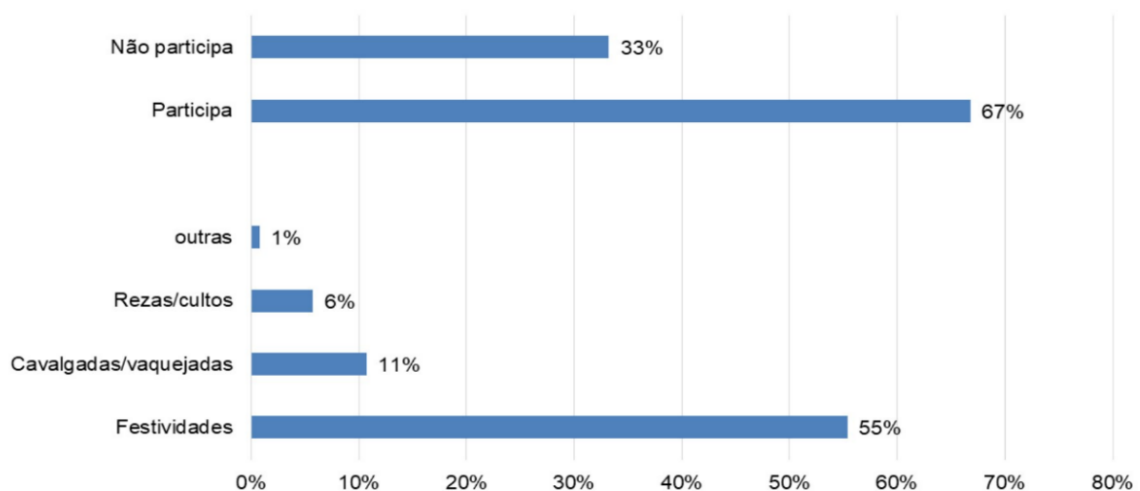
O argumento de Lindner (2012) reforça o nosso entendimento sobre a presença de conteúdos rurais que marcam o cotidiano das cidades pequenas, afinal, trata-se de valores e tradições rurais que permanecem e atravessam o modo de vida dessas cidades:

As especificidades do rural, muitas vezes também podem ser percebidas em pequenas cidades ou vilarejos. Nesses locais existe uma grande carga cultural, que pode ser traduzida através do apego às tradições, muito evidenciadas nas relações sociais da população, sua religiosidade, festividades, gastronomia e economia (Lindner, 2012, p. 21).

Moreira Junior (2013) reforça aquilo que estamos defendendo e que constatamos em campo, revelando a presença de conteúdos rurais que atravessam a dinâmica socioespacial das cidades pequenas. Isso nos faz pensar em regularidades, formas-conteúdos que se repetem nos espaços urbanos e anunciam a persistência do rural no urbano:

Essa discussão sobre o caráter urbano das cidades pequenas pode ser notada ainda nos trabalhos de Lopes (2006), Queiroz (2008) e Silva, L. (2010). Os três pesquisadores identificam a estreita relação existente entre cidade e campo, na qual atividades não urbanas tomam forma nas cidades e se materializam tanto em seu espaço físico quanto nas ações contidas no plano imaterial, como costumes, hábitos e pensamentos (Moreira Junior, 2013, p. 27).

Figura 5 - Manifestações culturais que a população residente na cidade de Paramirim (BA) participa na zona rural, 2020



Fonte: Trabalho de Campo, 2020. Elaboração: Os autores, 2022.

Além da dimensão imaterial presentificada nos valores, hábitos e práticas sociais tipicamente rurais que se manifestam e constituem o modo de vida nas cidades pequenas, verificam-se também elementos materiais, isto é, formas próprias do rural que se materializam no urbano, constituindo a base da vida social, conformando a tessitura espacial da cidade pequena, conforme verificamos nas Figuras 6, 7, 8 e 9.

Um aspecto material que marca a paisagem urbana das cidades pequenas, merecendo destaque pela sua expressividade nas cidades baianas, é a indistinção entre o urbano e o rural. As Figuras supramencionadas evidenciam um espaço urbano atravessado por paisagens rurais. Os limites demarcatórios entre a cidade e o campo são inequivocamente tênues e imprecisos, reveladores de uma transição conflituosa entre o urbano e o rural, denunciada pela precariedade de infraestrutura urbana e pela presença da natureza e dos animais. Nesses casos, torna-se difícil saber com exatidão onde termina a cidade e onde começa o campo.

Figura 6 - Transporte de animais na cidade de Paramirim (BA)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Figura 7 - Animal pastando pela cidade de Paramirim (BA)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Figura 8 - Criatórios de animais no quintal em Paramirim (BA)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Figura 9 - Animal pastando pela cidade de Paramirim (BA)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

PARAMIRIM (BA) E SUA INSERÇÃO REGIONAL

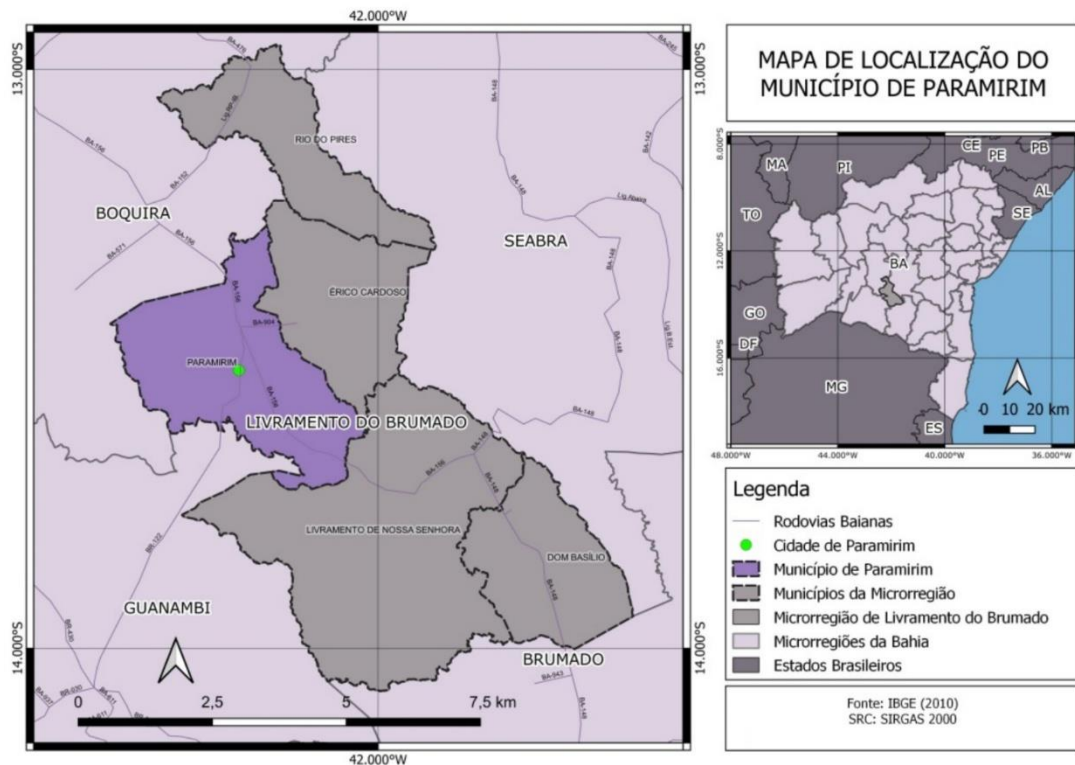
Fresca (2010) aponta uma importante pista teórico-metodológica no que se refere à caracterização de uma pequena cidade. Trata-se da necessidade de compreender sua inserção em uma dada rede urbana ou região para evitar o risco de igualar cidades com população semelhante, mas que são, em sua essência, diferentes. Desse modo, uma cidade pequena que integra uma rede urbana na Região Geográfica Imediata de Presidente Prudente (oeste paulista) não pode ser facilmente comparada com uma cidade pequena que integra a rede urbana da Região Geográfica Imediata de Brumado (sudoeste baiano).

O papel articulador das cidades e sua função na organização do espaço regional são uma assertiva largamente trabalhada pela literatura geográfica. Nesta direção, Cosinschin e Racine (1998 apud Henrique, 2012, p. 65) definem a cidade como um “conjunto morfológico, fisionômico, social e cultural diferenciado funcionalmente e integrado a uma rede de complementaridade que organiza uma região e possibilita sua integração na economia global”.

A localização geográfica é um aspecto importante a ser considerado, pois, pode diferenciar as cidades em suas funções urbanas e no papel que ela desempenha na rede urbana. Para Moreira Junior (2013, p. 26), há “diferenças entre as cidades pequenas localizadas em áreas metropolitanas e aquelas que se encontram em áreas não metropolitanas”. Ou ainda, verificamos “diferenças entre cidades localizadas em áreas densamente povoadas e aquelas encontradas em regiões com baixa densidade”. O autor nos lembra de que “há cidades com aproximadamente 50 mil habitantes com características de uma cidade média em regiões de baixa densidade demográfica” (Moreira Junior, 2013, p. 26).

O município de Paramirim tem área territorial de 1.087,060 km², sendo dividido em dois distritos: Paramirim e Canabrinha. Está inserido na Microrregião de Livramento do Brumado, composta por cinco municípios (Figura 10). O baixo contingente populacional é uma das características da microrregião, pois a população do principal município, Livramento de Nossa Senhora, não ultrapassa 46 mil habitantes. No caso de Paramirim, a população municipal, conforme o Censo Demográfico de 2022, é de 20.347; sendo que, em 2010, sua população era de 9.855 habitantes (IBGE, 2010). O baixo contingente populacional pode ter reflexo da pouca oferta de produtos e serviços nas cidades que integram a microrregião.

Figura 10 - Localização do município de Paramirim na Microrregião de Livramento do Brumado

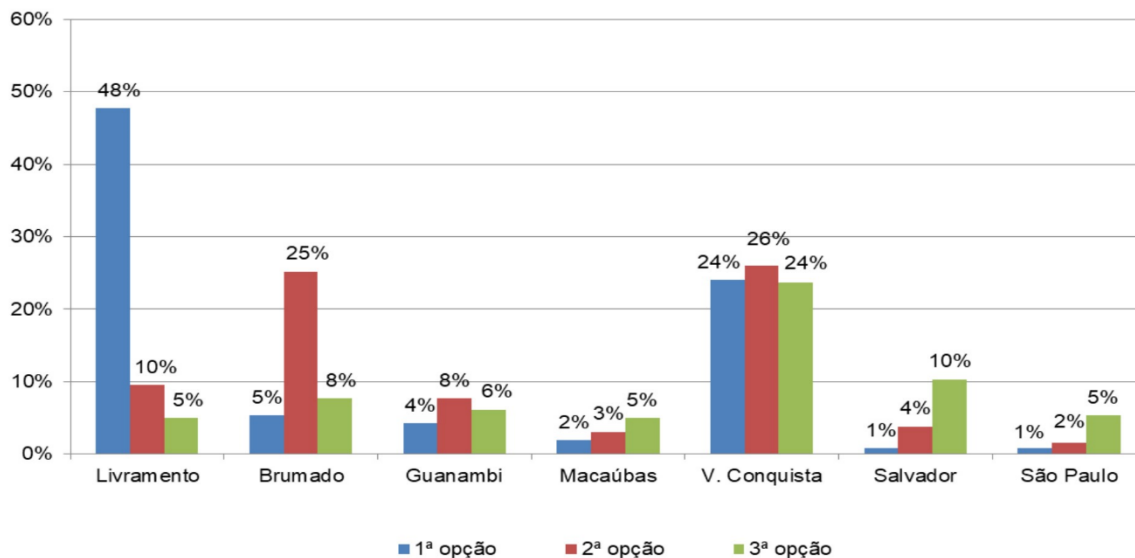


Elaboração: Os autores, 2022.

Para Soares e Melo (2010, p. 243), “a maioria das pequenas cidades apresenta um processo de urbanização frágil, consequência, sobretudo, da concentração de atividades econômicas e da oferta de serviços nos grandes e médios centros urbanos [...]”. Pode-se inferir que a distância, aliada à pequena oferta de transporte regular, sejam elementos que mais influenciam na preferência das pessoas em buscar produtos e serviços em cidades que integram uma microrregião, ficando, portanto, em alguns casos, o deslocamento até a capital do estado como última opção.

Em pesquisa de campo realizada na cidade de Paramirim, ao questionarmos sobre a busca em outras cidades por produtos não encontrados na localidade, observamos que 48% dos entrevistados indicaram a cidade de Livramento de Nossa Senhora como primeira opção. Como segunda opção, 25% dos entrevistados apontaram a cidade de Brumado. A cidade de Vitória da Conquista teve indicação média de 25% dos entrevistados como primeira, segunda ou terceira opção. Esse fato decorre da posição de polarização exercida por esta cidade na região sudoeste da Bahia. Além das cidades supramencionadas, também apareceram com menor percentual de indicação, as cidades de Macaúbas, Salvador e até mesmo São Paulo (Figura 11).

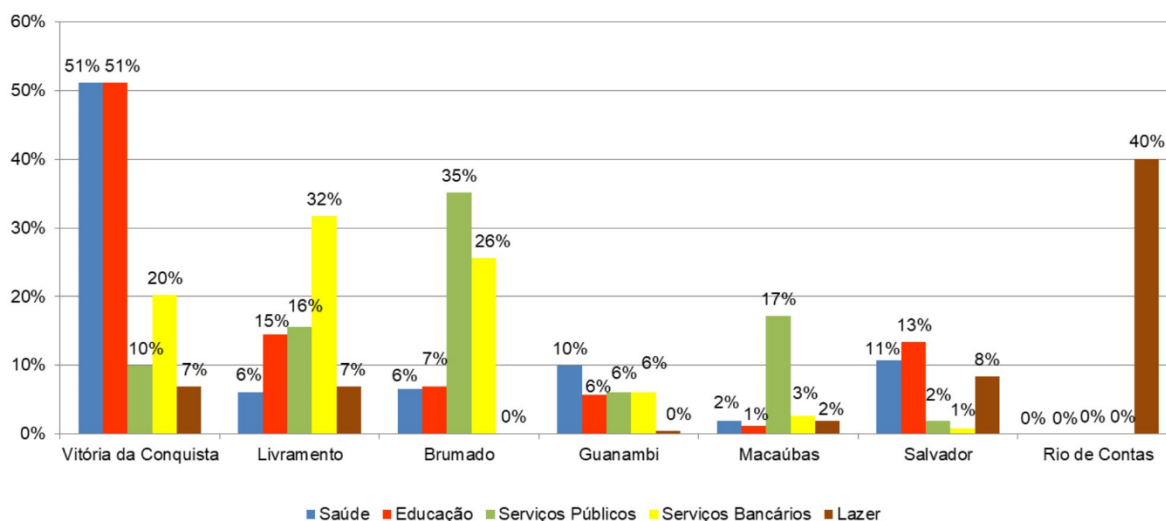
Figura 11 - Principais cidades onde o residente busca produtos não disponíveis na sua cidade (amostra). Paramirim (BA), 2020



Nota: Alguns residentes não souberam ou não responderam: 1ª opção (7), 2ª opção (27) e 3ª opção (64).
Fonte: Trabalho de Campo, 2020. Elaboração: Os autores, 2022.

Observa-se que, em relação à busca por serviços de saúde e educação, os entrevistados indicaram a cidade de Vitória da Conquista como prioritária, ou seja, 51% da população residente em Paramirim recorrem a esta cidade para atender suas demandas. Quanto aos serviços bancários, três cidades se destacaram: Livramento de Nossa Senhora (32%), Brumado (26%) e Vitória da Conquista (20%), mas é necessário relativizar esses dados uma vez que é possível acessar esses serviços por canais eletrônicos. A busca por serviços públicos teve a cidade de Brumado indicada pela maioria (35%), seguida por Macaúbas (17%) e Livramento de Nossa Senhora (16%). Já para o lazer, a cidade de Rio de Contas obteve a maior indicação (40%), justificável por ser um dos principais destinos turísticos da Chapada Diamantina, na Bahia (Figura 12).

Figura 12 - Principais cidades onde o residente busca serviços não disponíveis na cidade de Paramirim (BA), 2020



Nota: Alguns residentes não souberam ou não responderam: saúde (6), educação (10), serv. públicos (13), serv. bancários (26) e lazer (28).

Fonte: Trabalho de Campo, 2020. Elaboração: Os autores, 2022.

A oferta de serviços de assistência à saúde, de média e alta complexidade na Bahia, está ancorada nas Policlínicas Regionais de Saúde. Conforme a Secretaria de Saúde do Governo da Bahia, estas foram:

[...] Construídas em locais estratégicos no interior do estado, possibilitam descentralizar a assistência, regionalizando o atendimento ao cidadão, que passa a ter acesso aos serviços perto de casa, sem precisar se deslocar longas distâncias ou aguardar tempo excessivo para o atendimento (Bahia, 2023).

Considerando essa premissa, a cidade de Paramirim está vinculada a Policlínica Regional em Brumado. Todavia, a cidade de Vitória da Conquista é o centro regional mais importante de sua região geográfica intermediária, concentrando a maior oferta e diversidade de serviços (sobretudo de saúde e educação) do Sudoeste Baiano.

Nota-se que Macaúbas e Salvador também aparecem nas indicações dos entrevistados quanto à busca por produtos (Figura 11) e serviços (Figura 12), porém, com pouca expressividade. Inferimos que os motivos responsáveis por tais escolhas estejam vinculados a dois fatores: Macaúbas localiza-se relativamente próxima à Paramirim (72,5 km), mas não dispõe de grande oferta de produtos e serviços, enquanto Salvador, mesmo sendo a capital do estado, encontra-se muito longe de Paramirim (666 km). Outras cidades apontadas pelos entrevistados como opção podem, em alguns casos, não estarem localizadas próximas a Paramirim, incluindo Vitória da Conquista (267 km), Guanambi (144 km) e Brumado (129 km); mas, certamente a facilidade de acesso a essas cidades, aliado a uma maior oferta de produtos e serviços, são elementos diferenciais para as escolhas.

Algumas cidades que estão localizadas em microrregiões cujo contingente populacional se apresenta pouco denso e a oferta de produtos e de serviços é limitada para o atendimento à demanda regional, aliado as pequenas condições de acesso aos transportes e trafegabilidade, conduzem a maioria da população a se deslocar para cidades-polo de outras microrregiões.

Os dados apresentados nas Figuras 11 e 12 nos remetem a outra constatação eminentemente geográfica: a busca por produtos e serviços da população de Paramirim, que permite imaginar a conformação de três círculos concêntricos, tomando como ponto de partida Paramirim e a dispersão espacial do movimento populacional em busca de bens e serviços não oferecidos na cidade. Assim, teríamos uma primeira circunferência formada em torno das cidades mais próximas - Livramento de Nossa Senhora, Rio de Contas e Macaúbas -, com menos de 72 km de distância de Paramirim. Trata-se de cidades com menor tamanho populacional municipal (inferior a 45 mil habitantes) e com menor densidade de bens e serviços. A segunda circunferência abrange as cidades de Brumado e Guanambi, com população municipal superior a 70 mil habitantes, que apresentam uma oferta mais diversificada de bens e serviços que as três primeiras. A terceira circunferência está nucleada em torno de Vitória da Conquista, principal centro regional do sudoeste baiano, com população municipal superior a 370 mil habitantes e uma densa e variada oferta de bens e serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dessa investigação reforçam a validade das quatro dimensões analíticas para estudo das cidades pequenas delimitadas no âmbito deste artigo como recurso teórico-metodológico: (i) a dimensão populacional, (ii) a dependência da população em relação à administração pública municipal, (iii) as relações campo-cidade e ruralidades no urbano e (iv) a inserção da cidade pequena em uma rede urbana regional.

A dimensão populacional, embora não deva ser objeto de análise isolada, é um ponto de partida que não pode ser negligenciado. É importante observar que o baixo contingente populacional se reflete na pequena oferta de produtos e serviços encontrados nas pequenas cidades que integram uma determinada região.

Desse modo, a análise da inserção de uma cidade pequena em uma rede urbana regional é fundamental para a compreensão da sua dinâmica socioespacial. No caso estudado, isto é, no que se refere à inserção de Paramirim no contexto regional, constatou-se um fenômeno de natureza eminentemente geográfica, ou seja, a formação de uma rede urbana hierárquica no âmbito do sudoeste da Bahia. Verificou-se que a população percorre maiores distâncias para atender às suas demandas por serviços de saúde e educação, enquanto as demandas por serviços públicos e bancários são predominantemente atendidas nas cidades mais próximas.

O número de empregos formais no setor público demarca o grau de dependência econômica da população de Paramirim em relação à administração municipal, considerando que o município atua como grande

empregador e promotor de ações econômico-produtivas e sociais. Essa é uma realidade flagrante no contexto das pequenas cidades baianas, isto é, as prefeituras se apresentam como importantes agentes geradores de emprego e renda.

A intensidade das relações campo-cidade e a marca imponente das ruralidades no urbano, presentes nas pequenas cidades baianas, também observadas na cidade de Paramirim, reforçam a necessidade de investigação dos conteúdos rurais para fazer uma leitura da dinâmica socioespacial das cidades pequenas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BACELAR, W.K.A. **A pequena cidade nas teias da aldeia global**: relações e especificidades sociopolíticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara (MG). 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2008.
- BACELAR, W.K.A. Pequenas cidades: uma caracterização. In: ENCONTRO DE GRUPO DE PESQUISA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, 5., 2009, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: GPET, 2009. p. 1-19.
- BACELAR, W.K.A. Análise da pequena cidade sob o ponto de vista político-administrativo. In: DIAS, Patrícia Chame; SANTOS, Jânio (org). **Cidades médias e pequenas**: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Série Estudos e Pesquisas. v. 97. Salvador: SEI, 2012, p. 81-101.
- BAHIA. Secretaria da Saúde. **Policlinicas Regionais de Saúde**. Disponível em: <<https://www.saude.ba.gov.br/municipios-e-regionalizacao/policlinicasregionais/>>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- COELHO NETO, A.S. et. al. A cidade pequena na interface urbano-rural: demarcando conceitos necessários à investigação. In: SILVA, O. A. da. (org.). **A cidade pequena na interface urbano-rural**: um olhar sobre o Território do Sisal. Rio de Janeiro: Consequência, 2021, p. 27-48.
- CORRÊA, R.L. As Pequenas Cidades na Confluência do Urbano e do Rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 5-12, 2011. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74228>
- FRESCA, T.M. Centros Locais e Pequenas Cidades: Diferenças Necessárias. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 75-81, set/dez, 2010. <https://doi.org/10.4215/RM2010.0920.0005>
- GOOGLE MAPS. Disponível em: <https://www.google.com/maps/>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- HENRIQUE, W. Do rural ao urbano: dos arquétipos a espacialização das cidades pequenas. In: DIAS, Patrícia Chame; SANTOS, Jânio (orgs). **Cidades médias e pequenas**: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Série Estudos e Pesquisas. v. 97. Salvador: SEI, 2012, p. 63-80.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- JACOBI, P.R. Las causas recientes del crecimiento urbano actual en América Latina e las tendencias de corto plazo. In: CHORNET, A. P. (org.). **Las ciudades de América Latina**: problemas y oportunidades. Valencia: Universidad de Valencia, 1994, p. 73-80.

LIMA-PAYAYA, J.S. et. al. Espaço e lugar, urbano e rural: demarcando conceitos necessários à investigação da cidade pequena. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. XXV, p. 383-394, 2021.

LINDNER, M. A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: São João do Polêsine, RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 16, n. 3, p. 19-36, 2012.
<https://doi.org/10.5902/223649947571>

MONTE-MOR, R.L. A questão urbana e o planejamento no Brasil contemporâneo. In: DINIZ, Célio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MOREIRA JUNIOR, O. Cidades pequenas em regiões não-metropolitanas: cidade pequena ou campo grande? In: SIMPÓSIO CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA, 2., 2011, Santo Antonio de Jesus. **Anais...** Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2011. p. 1-16. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2013.75435>

MOREIRA JUNIOR, O. As Cidades Pequenas da Geografia Brasileira: a Construção de uma Agenda de Pesquisa. **GEOSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 35, p. 19-33, 2013.

RUA, J. A Ressignificação do Rural e as Relações Cidade-Campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 45-66, 2006. <https://doi.org/10.5418/RA2005.0202.0004>

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Estatísticas dos Municípios Baianos**. v. 1. Salvador: SEI, 2014.

SOARES, B.R.; MELO, N.A. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, D.M.F.; HENRIQUE, W. (org). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Série Estudos e Pesquisas. v. 87. Salvador: SEI, 2010, p 93-105.

SPOSITO, E.S.; SILVA, P.F.J. **Cidades Pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, M.E.B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, 2010.

WANDERLEY, M.N.B. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural**. Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife: UFPE, 2001.

Recebido em: 06/10/2023

Aceito para publicação em: 18/12/2023